

## O olho do furacão

IGNÁCIO M. RANGEL

Toda a gente — até o Presidente, o proverbial "marido" — já sabe que a crise que vivemos é um cataclismo de âmbito mundial. É muito menor o número de pessoas que sabem, ou suspeitam, que essa crise não é ocasional, mas elo de uma cadeia de crises que cobre toda a nossa vida como Nação independente. Não obstante, se não queremos equivocarnos ou esgotarnos numa crítica estéril, nada propondo de concreto, é por aí que é mister começar.

Com efeito, a crise do 1.º ciclo longo deu-nos a independência; a do 2.º, a abolição-república; a do 3.º, a revolução de 30 e, com ela, a industrialização substitutiva de importações. Ou, na sistemática que venho propondo, pacientemente, há mais de um quartel de século, respectivamente, a 1.ª, a 2.ª e a 3.ª dualidades. A crise do 4.º ciclo longo, que começou, pontualmente, em 1973, deverá trazer-nos a 4.ª dualidade, categoria histórica que deve ser estudada com a maior atenção. Uma crítica construtiva da presente conjuntura deverá começar por aí.

As dualidades são formas que assumem, no Brasil, os nossos "regimes" ou em certo sentido, menos superficial que o usual, os nossos "modelos". Nossa sociedade tem-se organizado, sempre, em dois patamares ou modos de produção, numa estrutura politicamente expressa pela união dialética de duas classes sociais, cada uma representando um modo de produção. Na presente dualidade, a 3.ª, o latifúndio feudal associa-se, no pacto fundamental de poder, à burguesia industrial. Esta, em posição subalterna, como classe "nascente", e aquela, como classe madura, em posição hegemônica.

Esse arranjo funcionou brilhantemente... até há pouco. Nunca será demais lembrar que, entre 1938 e 1978, nossa produção industrial cresceu mais de 20 vezes, o triplo do crescimento do mundo capitalista em seu conjunto e

mais que o de qualquer outro país capitalista. Apenas, a festa acabou. O latifúndio feudal é hoje uma classe dividida e apodrecida, que nada tem a oferecer à sociedade. Deu origem a um latifúndio capitalista próspero, pronto a negociar novo pacto de poder com a burguesia industrial, que não é mais a classe "nascente" de há meio século, mas uma classe madura, que não pode não reivindicar a hegemonia, e que tem um mundo a oferecer ao resto da sociedade.

A passagem de uma dualidade a outra — o conteúdo de nossas revoluções — é assunto complexo, não limitado ao campo econômico, e que deve considerar circunstâncias internas e externas. Mas, quem desconhecer os fatos econômicos básicos estará navegando sem bússola. Nossa presente crise, não obstante sua complexidade, ordena-se em torno de um fato econômico elementar: endividamo-nos desastrosamente, no estrangeiro, para importar coisas que nossa indústria está em condições de oferecer. Essa indústria está em crise, precisamente por não encontrar demanda para os produtos a resultarem do uso de sua capacidade ociosa.

A solução desse (primeiro) problema é de ordem financeira. O Estado, o destinatário último dos fundos livres para investir, nada tem a oferecer, como garantia, senão seu próprio aval, a esta altura superdesgastado. Pela própria força das coisas, isso estabelece pisos extremamente elevados para a taxa de juros, insuportáveis para a economia como um todo e incompatíveis com a efetivação da demanda de capital indispensável para a utilização da capacidade ociosa.

Não por acaso, a taxa de juros define-se como o "olho do furacão".

Ignácio M. Rangel é economista e formado em Direito, presidente do Conselho Regional de Economia (RJE) e autor de vários livros, entre eles "A inflação brasileira" e "Tecnologia, ciclo e crescimento".